



PROGRAMAS UNIVERSITÁRIOS DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO COMO INSTRUMENTO DE PARADIPLOMACIA: um estudo sobre a interação entre as instituições de ensino da Associação Catarinense de Fundações Educacionais e os governos dos municípios onde estão localizadas.

Resumo:

O estudo da interação entre as ações externas de Instituições de Ensino Superior - IES e subgovernos, especialmente os municipais, é tema ainda pouco explorado na literatura especializada. Em virtude desse cenário, o presente artigo tem por objetivo verificar a existência ou não de uma interação entre os processos de internacionalização das IES pertencentes à Associação Catarinense de Fundações de Ensino - ACAFE e dos municípios onde têm sua sede. Realizou-se um estudo preliminar sobre a rede de contatos internacionais dos municípios com sedes de instituições da ACAFE, por um lado, e de cada uma de suas IES, por outro, verificando a possibilidade de que estas últimas sirvam como instrumento a ser utilizado pelos municípios para potencializar suas relações exteriores ou paradiplomáticas. Utilizou-se o método qualitativo, com pesquisa a fontes primárias e secundárias, - em alguns casos realizou-se entrevista telefônica, com representantes do alto escalão dos governos municipais envolvidos e com responsáveis pelos Assuntos Internacionais das IES da ACAFE. A pesquisa é exploratória e possui também fins descritivos. Verificou-se que mesmo em municípios em fases mais avançadas de internacionalização, a interação com as IES ainda é incipiente, carecendo de um movimento indutor que potencialize essa parceria.

Palavras-chave: Paradiplomacia – Internacionalização - Internacionalização Universitária – Interação município-universidade

Abstract:

The study of the interaction between the foreign activities of universities and municipal governments don't have received much attention at the specialized literature. Due this scenario, the objective of this article is to verify if there is or there is not an interaction between the internationalization process of the universities that belong to Associação Catarinense de Fundações Educacionais - ACAFE and of the cities where their main campus is located. It aims to present a preliminar study about the international network os these universities and these cities, as well as the possibility of using international university programs as instruments of paradiplomacy. Qualitative methode was used, and both primary and secondaryu sources were utilized – in some cases phone interview were made with the leaders os both universities and cities governments. This is an exploratory research for descriptive propouses. It was found that even in cities with a high level of internationalization, the interaction with the universities are incipient, and an indutor moviment is necessary to potencialize the interaction both.



Key-words: Paradiplomacy – Internationalization - University Internationalization – Interaction between municipal governments and universities

1. Introdução

Muito se tem estudado a respeito da ação externa por parte de governos municipais no Brasil, com foco principalmente no levantamento dessas ações e sua categorização.

Sob o prisma da globalização, é natural que os Estados Federados e Municípios procurem maior velocidade nas negociações com o exterior, para manter-se ou alcançar uma posição no ranking nacional, buscando a negociação direta com Governos Centrais e Não-Centrais ou Subnacionais estrangeiros e outras instituições. Neste trabalho, serão utilizadas as expressões entes ou governos subnacionais ou subestatais, bem como subgovernos ou governos regionais para indicar os governos não centrais (no caso do Brasil, os governos estaduais e municipais). Utiliza-se o termo paradiplomacia para designar as ações externas dos acima entes subestatais.

Em muitos casos, a atuação do Governo Federal é demasiado lenta para o tempo das empresas e neste ínterim, muitas oportunidades são absorvidas pelos entes subnacionais - Estados e Municípios -, que criam oportunidades e viabilizam as condições de investimento e/ou negócios necessárias. As ações internacionais dos municípios desenvolvem-se com objetivos diversos, tanto econômicos quanto culturais. Há uma crescente atuação dos entes subnacionais nas relações internacionais, estreitando a relação entre as nações através de suas ações paradiplomáticas.

Neste trabalho, utiliza-se as expressões: entes ou governos subnacionais ou subestatais, bem como subgovernos ou governos regionais para indicar os governos não centrais. No caso do Brasil, os governos estaduais e municipais. Emprega-se o termo paradiplomacia para designar as ações externas dos acima entes subestatais.

Por outro lado, os processos de internacionalização de Instituições de Ensino Superior – IES vêm recebendo atenção de pesquisadores, que se dedicam a traçar seu histórico, seus fins e formas. As Instituições de Ensino Superior - IES (termo usado como sinônimo de universidades, centros universitários centros de ensino, faculdades, institutos), vêm desenvolvendo seus programas internacionais, e em muitas delas o processo de internacionalização está bastante avançado, com programas de intercâmbio de alunos e professores, dupla titulação, pesquisa conjunta.

No entanto, na maioria das vezes essas atividades são desenvolvidas sem articulação entre a IES e os governos subnacionais, o que leva a um desperdício de oportunidades e contatos que poderiam ser potencializadores da ação externa desses governos. Ao mesmo tempo, muitas oportunidades não podem ser aproveitadas pela universidade pela falta de



conhecimento das ações exteriores dos governos sbestatais, os quais atuam sem a devida articulação com as instituições de ensino.

Neste trabalho, os municípios que são objeto de pesquisa são os que têm instalada em seu território a sede de alguma IES pertencente à ACAFE, as quais serão detalhadas mais adiante. Criada em 02 de maio de 1974, a ACAFE é uma associação que reúne as “fundações criadas por lei municipal e da fundação criada pelo Estado”. Trata-se de “entidade sem fins lucrativos, com a missão de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, de executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal”. (ACAFE, 2012)

O artigo tem por objetivo realizar um levantamento a respeito das ações externas das IES da ACAFE e dos respectivos municípios onde têm instaladas suas sedes, classificá-los de acordo com o nível de internacionalização de cada um e, por fim, verificar a existência ou não de uma interação entre os processos de internacionalização das IES e dos municípios onde têm sua sede.

Propõe-se, portanto, apresentar os convênios e programas de cooperação e intercâmbio internacional, ou a rede de cooperação internacional das universidades como importantes instrumentos a serem utilizados pelos municípios para potencializar suas atuações exteriores, o que, na prática, se convencionou chamar de paradiplomacia.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Paradiplomacia

Conquanto antecipado os programas de cooperação e intercâmbio internacional das universidades como instrumentos potencializadores e/ou desencadeadores das atuações internacionais dos órgãos não-centrais, convém, por oportunidade, destacar e individualizar alguns institutos e conceitos necessários à compreensão do tema.

No que tange à paradiplomacia, destaca Lessa (2002), que a expressão foi trazida ao debate acadêmico pelo basco Panayotis Soldatos, para designar a atividade diplomática desenvolvida entre entidades políticas não centrais situadas em diferentes Estados.

A atividade diplomática por sua vez está relacionada à condução das relações exteriores por Governos Centrais ou Nacionais ou como queira denominar os Entes políticos dotados de Soberania – Estados.

Enquanto a diplomacia tradicional incumbe aos Estados, entes políticos soberanos, dotados de personalidade jurídica internacional, a paradiplomacia surge às margens daquela, não porque se contrapõe, mas pela atuação internacional paralela dos entes políticos não centrais, que pode se estabelecer com ou sem a intervenção do ente político central. (MELLO, 2001).

Neste sentido, Gambini (2006) define que paradiplomacia é a possibilidade de Estados-membros, províncias, regiões e cidades formularem e executarem uma política externa própria, com ou sem auxílio da União.

Já Branco (2007) define a Paradiplomacia como a possibilidade de entes não centrais celebrarem tratados e atos internacionais, em particular, Estados membros e municípios de um



Estado Federal. Afirma também que a doutrina mais tradicional entende que, à exceção das organizações internacionais, apenas os Estados soberanos, em razão de sua qualidade de sujeito de Direito das Gentes, possuem capacidade para celebrar tratados, típica manifestação de vontade de sua personalidade jurídica internacional.

Para Tatiana Lacerda Prazeres (2004), ao tratar da paradiplomacia, especificamente dos entes não centrais, afirma que por tecnicidade deveria se utilizar a expressão “subestatal” e não “subnacional”, respeitando a distinção entre Estado e nação. Todavia, a expressão que se freqüentemente se encontra na literatura, bem como, a adotada pela autora é a de “subnacional”.

Entretanto, os termos subnacionais, subestatais, regionais ou não centrais se prestam a identificar os mesmos entes, sejam eles, estados federados, províncias, municípios, departamentos, distritos ou qualquer outro ente político não dotado de soberania e vinculado a um governo central.

Em suma, não há um conceito único que expresse veemente a melhor definição de paradiplomacia, mas, todos, corroborados, formam a ideia do que se pretende, futuramente, definir paradiplomacia.

No Brasil, o fenômeno da Paradiplomacia, ainda está em desenvolvimento e suas ocorrências são recentes, configurando um processo mais lento, uma vez que não está regulamentada em lei.

As leis brasileiras não concedem liberdade direta para os Estados membros de uma federação. Toda negociação tem que ter autorização do Senado ou do setor responsável para tal. No ordenamento jurídico brasileiro, especificamente, o art. 21, inciso I, da Constituição da República prevê: “Art. 21. Compete à União: I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais”.

Embora pareça que as relações internacionais estão sob o domínio do Governo Central, os subgovernos brasileiros vêm atuando de modo freqüente. Prazeres (2004), afirma que apesar da repressão sofrida pelos subgovernos, aos poucos a Paradiplomacia vem sendo reconhecida no Brasil.

No país, como indica a Constituição de 1988, não é formalizada e nem autorizada a prática da relação exterior dos Estados federados brasileiros, mas no cenário internacional existem fontes que contradizem as leis brasileiras.

Em que pese a falta de regulamentação interna, a possibilidade de Estados despidos de personalidade jurídica internacional celebrarem tratados foi expressamente reconhecida pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Montego Bay, 10 de dezembro de 1982), ao prever no artigo 305, inciso 1, alínea “d”, que a Convenção está aberta à assinatura de “todos os Estados autônomos associados que, de conformidade com os seus respectivos instrumentos de associação, tenham competência sobre as matérias regidas pela presente convenção, incluindo a de concluir tratados em relação a essas matérias.” (BRANCO, 2007, p. 54)

No Brasil, para Saraiva (2004), a chamada paradiplomacia dos entes federativos vem demonstrando vigor excepcional nos últimos anos, sinalizando fenômeno original na conformação do processo decisório da política exterior e comercial do país. Com uma introdução inédita de certo “federalismo social”, do qual a autoridade política descentralizada atua mais próxima às realidades e interesses socialmente constituídos. Essa nova dimensão



vem impregnando positivamente a gestão do Estado, dando, entre outras, maior capacidade para os subgovernos. Uma das possíveis razões, onde Estados e municípios estão buscando o mundo exterior é o fato desses, estarem sendo vistos como agentes de desenvolvimento econômico.

Já Silva nos traz o seguinte:

No Brasil, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios podem celebrar tratados de financiamento, desde que tenham aval do Senado Federal. Deve-se salientar que isso não ocorre em todos os Estados federados, pois a Lei Federal alemã concede às suas unidades federadas uma capacidade contratual bem resumida em termos de relações internacionais, enquanto nos EUA, por exemplo, há uma série de restrições constitucionais aos poderes dos Estados-membros [...]. (Silva, 2005, p. 46)

Tal financiamento não pode ser entendido como um tratado externo, já que as leis brasileiras não aprovam este tipo de negociação.

No caso brasileiro, a dimensão dessas atribuições pode ser claramente identificada na preocupação do Ministério das Relações Exteriores em adequar-se à nova situação, não institucionalmente formalizada, mas ganhando significativo peso, que não reconhece o instituto da paradiplomacia, todavia, admitindo expressamente no Manual de Procedimentos da Prática Diplomática Brasileira, a sua crescente prática. (Ministério das Relações Exteriores, 2008, p.5)

No que diz respeito à institucionalização das ações externas de entes subestatais, Branco (2007) aponta:

A Constituição da República de 1988, como já restou demonstrado, não institucionalizou, definitivamente, a paradiplomacia no ordenamento jurídico pátrio. Toda a competência internacional é atribuída à União. No entanto, o pacto federativo previsto na Carta Política criou algumas condições institucionais propícias para que os municípios e os estados federados pudessem se engajar em atividades paradiplomáticas. De fato, os entes federativos brasileiros não poderiam ficar à margem do processo, notadamente em razão da proliferação da paradiplomacia em países vizinhos, como, por exemplo, na Argentina. (Branco, 2007, p. 59)

Os fatos históricos indicam que o fenômeno da Paradiplomacia começou na época da Ditadura. Segundo Rodrigues (2004), o tema foi trazido para o Brasil por Leonel Brizola na década de 80, originário da articulação com partidos social-democratas europeus, canadenses e latino-americanos. Clóvis Brigagão, assessor do partido de Brizola (após a volta ao Brasil, já como governador do Rio de Janeiro) na época, foi quem criou e coordenou a primeira assessoria internacional de um Estado brasileiro.

Em 1982, com a eleição direta de governadores, deu-se início no Brasil à política externa federativa. No Rio de Janeiro, o então eleito governador Leonel Brizola, criou o primeiro órgão de articulação internacional de um ente federal brasileiro. Mais tarde, em 1987, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, criou a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais. (RODRIGUES, 2002, p.57)

No governo de Pedro Simon (1987-1990), o Rio Grande do Sul, de acordo com Rodrigues (2004), assumiu o protagonismo subnacional no processo de integração do Brasil com a Argentina, e teve papel fundamental na Aprovação do Protocolo 23 (Fronteiriço 1988), primeiro instrumento internacional negociado e aprovado pelo Brasil, que pela primeira vez reconhece a participação de governos subnacionais na política externa do País.



Nota-se que no Brasil a Paradiplomacia vem acontecendo, e conforme os relatos citados, já possuíram uma história marcante. Mesmo sem a Paradiplomacia ser formalizada em lei, no Brasil, os Estados federados podem concluir entendimentos formais com unidades ou governos estrangeiros se o ato for celebrado pelo Governo federal com o governo central do outro Estado.

De acordo com Saraiva (2004) os governos subnacionais (governadores estaduais brasileiros), têm criado agências, assessorias e secretarias de governo. Essas entidades recebem atribuições no campo da internacionalização de suas estratégias de desenvolvimento. Como indica a citação abaixo, os governos subnacionais procuram o mercado externo, principalmente em benefício dos interesses locais.

Com as redes de cidade, atores subnacionais – Estados e Municípios – no caso do Brasil, se organizam para atuar internacionalmente, articulando forças políticas mediadas pelos interesses locais econômicos e sociais, elaborando políticas públicas e programa de governos com interesses voltados para a inserção das cidades na economia global com metas regionais (GAMBINI, 2006, p. 2).

Tomando como foco o Estado de Santa Catarina, Prazeres (2004) traz outro exemplo quando descreve a atuação do Governo Catarinense nos anos de 2000 e 2001, período em que realizou várias viagens para países da América do Sul, Europa e Ásia. Destas viagens resultaram várias relações, sendo uma delas o Codesul.

O vínculo relativamente forte entre o Codesul (Conselho para o Desenvolvimento Econômico do Sudoeste do Brasil, do qual participam os estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul) e o Crecenea-Litoral (Comissão Regional do Nordeste da Argentina para o Comércio Exterior, integrado pelas províncias de Chaco, Corrientes, Entre Rios, Formosa, Misiones e Santa Fé) é um exemplo de institucionalização das relações internacionais. (VIGEVANI, 2006, p. 134)

Alguns municípios catarinenses vêm desenvolvendo ações internacionais que têm resultado em programas permanentes com instituições no exterior, seja no caso da firma de convênios de cidades irmãs (Joinville, Criciúma), convênios para projetos de desenvolvimento tecnológico (Florianópolis) ou sua inserção em eventos de porte internacional (Itajaí).

2.2 Internacionalização

Considera-se que há, num processo de internacionalização de IES ou de municípios, um aprendizado sequencial, e que a internacionalização é fruto de um acordo-compromisso das suas lideranças em todos os níveis que deve estar ligado à existência de um ambiente propício. A existência de IES ou governos municipais sem atuação internacional deve ser considerada possível.

O retrocesso está geralmente ligado à importância e consistência dada pela administração superior ao processo de internacionalização. Quanto mais prioritário for esse processo para a IES ou para o município, maior o seu comprometimento e menor o impacto provocado por questões políticas internas e mudanças na administração superior.

Comprometimento, em todos os níveis, e o desenvolvimento institucional planejado (administrativo e acadêmico) são, portanto, peças-chave para a consolidação da internacionalização de IES e municípios.



Apresenta-se abaixo as fases de internacionalização de IES e municípios, e suas características, adaptado de estudo anterior sobre internacionalização universitária publicado por Kraus e Cruz (2004).

Quadro 1 – Fases de Internacionalização

Primeira fase – sem atuação internacional	<p>Onde não existem elementos dinamizadores que possibilitem o processo, além do conhecimento dos passos a serem seguidos, a internacionalização pode ser vista como algo desnecessário ou fora do alcance da instituição.</p>
Segunda fase – pré atuação internacional	<p>Considera-se que já tenham passado por algumas experiências internacionais, ainda que indiretas (ou não institucionalizadas). Podem ter, em seus quadros, colaboradores que tenham tido experiência no exterior (em alguns casos, inclusive, apoiando-os), mas sem vínculos institucionais claros quanto ao retorno dessa experiência.</p> <p>Nesta fase, geralmente a alta administração realiza viagens exploratórias para conhecer outras instituições no exterior, ou tomam contato com essas instituições através da participação em missões, ou ainda recebendo visitas de representantes estrangeiros. Apesar de que a assinatura de convênios possa ocorrer nesta fase, não se desenham ações concretas ou de longo prazo, e não há um comprometimento formal por parte das lideranças, em termos de resultados ou financiamento.</p>
Terceira fase – atividades irregulares	<p>Detecta-se, nesta fase, a necessidade de se aproveitar algumas possibilidades que se abrem através dos contatos estabelecidos e a assinatura de convênios.</p> <p>Algumas ações são desenvolvidas (no âmbito de convênio ou não), mas ainda não há uma política institucional para maximizá-las e mantê-las ao longo do tempo.</p> <p>Nesta fase, as relações internacionais ainda estão restritas à administração superior e/ou aos responsáveis por uma secretaria/setor de relações internacionais (função burocrática), que podem começar a envolver a instituição/governo ou a participar de organizações ou grupos internacionais de universidades/cidades. Nesses casos, a participação, na maioria das vezes, é passiva, sem um maior envolvimento nos projetos ou programas realizados. Nesta fase, em geral, devido aos grandes esforços e reduzidos resultados, os dirigentes percebem a necessidade de se participar de forma planejada e ativamente.</p>
Quarta fase – institucionalização inicial	<p>Quando a alta administração percebe a necessidade de inserir-se em programas mais amplos (e que envolvem uma maior responsabilidade e comprometimento). Passa-se a focar a atenção nas relações internacionais em nível mais descentralizado, em que alguns setores podem estar desenvolvendo ou começando a desenvolver ações com o exterior. Contudo, a orientação de direcionamento, por parte dos dirigentes, se faz mais presente, e o que antes eram ações isoladas passam a fazer parte de uma estratégia de internacionalização.</p> <p>Nesta fase, apesar de se verificar uma certa institucionalização no processo de internacionalização, eventos como a troca de prefeito/reitor ou mudanças nas lideranças em postos diversos podem comprometer as ações e programas em andamento e provocar retrocessos visíveis.</p>
Quinta fase – institucionalização consolidada	<p>O papel da secretaria/setor de relações internacionais se amplia, de um simples fomentador para o designer de políticas integradas, envolvendo outras secretarias/departamentos. Todavia, nesta fase, a secretaria/setor de relações</p>



	<p>internacionais representa os interesses maiores da instituição nessas relações, procurando preservar o direcionamento dado pelo grupo dirigente. Iniciam-se projetos conjuntos/atividades de pesquisa/extensão com instituições estrangeiras. No caso das IES, geralmente as ações se incrementam e deixam de ser aquelas em que somente se recebe a tecnologia pré-fabricada no exterior.</p> <p>Passa-se a uma forma de cooperação em “via de mão dupla”, resultado do desenvolvimento institucional e da incorporação do processo de internacionalização nos diversos níveis do subgoverno/IES.</p> <p>Nesta fase, eventos como a troca de prefeito/reitor ou mudanças nas lideranças das secretarias/departamentos afetam parcialmente ou não influem negativamente nas ações e programas em andamento.</p>
--	--

Adaptado de KRAUS e CRUZ (2004, p. 153).

Ressalta-se que não há fases mais ou menos adequadas a diferentes tipos de IES (universidades, centros universitários centros de ensino, faculdades, institutos) ou aos municípios. Diferentes IES e municípios podem vivenciar fases distintas ou coincidir nesses aspectos, sem seguir uma ordem. Contudo, dificilmente se chegará à última fase sem que algumas questões relativas ao comprometimento institucional em nível da administração superior e departamentos/secretarias sejam reafirmados e institucionalizados.

3. Metodologia

Este estudo possui caráter qualitativo, que “...envolve o estudo do uso e coleta de uma variedade de materiais empíricos”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Os meios de investigação foram os documentais e bibliográficos. Nesse tipo de pesquisa, “... da mesma forma que as fontes de documentos, as bibliográficas variam, fornecendo ao pesquisador diversos dados, exigindo manipulação e procedimentos diferentes.” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 185).

Em alguns casos, as informações foram obtidas através de entrevista telefônica, tanto com representantes do alto escalão dos governos municipais envolvidos, como com responsáveis pelos Assuntos Internacionais das IES pertencentes à ACAFE. Em muitos municípios, as ações acontecem em secretarias distintas, sem que haja uma integração entre elas, ou sem que se conte com uma secretaria que aglutine essas ações, ficando os registros dispersos ou mesmo perdidos com o tempo, pela falta de registro apropriado e/ou a saída da pessoa responsável pela mesma e que era a detentora da informação. Isto dificulta sobremaneira a obtenção de dados.

A pesquisa é também descritiva, pois teve como objetivo, entre outros, descrever determinada característica de determinada população ou fenômeno, podendo estabelecer relações entre variáveis. Desta forma, o trabalho é também um pesquisa exploratória, em que, segundo Thiollent (1996, p.50) “...após o levantamento de todas as informações iniciais, os pesquisadores e participantes estabelecem objetivos da pesquisa”.

Foram trabalhadas as IES pertencentes ao Sistema ACAFE e os municípios em que estão instaladas suas sedes. As fontes de informação foram as respectivas páginas web e



entrevistas a dirigentes responsáveis pelos assuntos internacionais, tanto nas IES quanto nas prefeituras.

Quadro 2 – Instituição de Ensino Superior pertencentes à ACADEMIA de Santa Catarina e respectivos municípios sede

Prefeitura	IES ACADEMIA
Blumenau	FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Brusque	UNIFEBE - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE
Orleans	UNIBAVE - CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE
Rio do Sul	UNIDAVI - CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ
Jaraguá do Sul	CATÓLICA SC - CATÓLICA DE SANTA CATARINA
Lages	UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
Criciúma	UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
Joinville	UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE
Itajaí	UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
Tubarão	UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
Florianópolis	UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Mafrá	UnC - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO
Joaçaba	UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA
Chapecó	UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ
São José	USJ - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Caçador	UNIARP - UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

O mapa abaixo fornece uma visão panorâmica dos municípios trabalhados:

Figura 1



Fonte: ACAFE (2012)

Os municípios que possuem algum campus instalado em seu território serão considerados em pesquisa posterior.

4. Resultados e análise dos dados

As instituições de Ensino pertencentes à ACAFE possuem, em sua maioria, uma ampla rede de relacionamento externo, e uma série de acordos firmados que muitas vezes dão origem a programas de intercâmbio de alunos, programas de intercâmbio de professores, programas de dupla titulação, acordos para pesquisa conjunta, programas de pesquisa de mercado, entre outros.

Essas redes normalmente são desenvolvidas com investimento da instituição, e leva um determinado tempo para se desenvolver, uma vez que são vários os fatores que influem no estabelecimento de parcerias internacionais (distância psíquica, *network*, mão de obra qualificada etc).

Muitas delas atuam em um variado número de países e continentes, como é o caso da UNIVALI, UNISUL, UNIVILLE, UNESC e UDESC. Outras possuem um campo limitado de atuação, como a UNIPLAC, a UnC, UNIARP ou a UNIBAVE, seja pelas características da região onde está inserida, ou pelo estágio de desenvolvimento do seu processo de internacionalização (KRAUS e CRUZ, 2004).

Classificou-se a interação entre os governos municipais e as instituições de ensino em direta, indireta ou inexistente, conforme o quadro abaixo:



Quadro 3 – Tipos de interação Universidade-Município

Direta	Quando alguma ação externa do subgoverno foi intermediada pela IES em questão, a qual tenha utilizado seus contatos/acordos/programas com entidades no exterior para iniciar o relacionamento do município com o exterior, ou dar-lhe suporte para o desenvolvimento de qualquer atividade, ou vice-versa.
Indireta	Quando em determinado momento os interesses e ações do subgoverno em determinado país e/ou junto a determinada instituição coincidem com as da IES, sem que contudo tenha sido originado pela intervenção por parte da IES, e sua participação serve como suporte posterior, já no desenvolvimento de algo que se iniciou por iniciativa individual.
Inexistente	Quando não há interação entre ambos, mesmo que os países de atuação ou instituições conveniadas sejam os mesmos, ou mesmo se se encontram em fase avançada de internacionalização.

No quadro abaixo apresenta-se as fases de internacionalização em que se encontram os municípios e as IES pesquisadas, bem como o tipo de interação existente entre eles.

Quadro 4 – Fases de internacionalização e tipos de interação universidade-município

Prefeitura	Fase	Universidade	Fase	Interação
Blumenau	Fase 2	FURB	Fase 4	Direta
Brusque	Fase 2	UNIFEBE	Fase 2	Inexistente
Orleans	Fase 2	UNIBAVE	Fase 2	Inexistente
Rio do Sul	Fase 1	UNIDAVI	Fase 3	Inexistente
Jaraguá do Sul	Fase 2	Católicas de SC	Fase 3	Inexistente
Lages	Fase 2	UNIPLAC	Fase 2	Inexistente
Criciúma	Fase 4	UNESC	Fase 5	Indireta
Joinville	Fase 5	UNIVILE	Fase 5	Indireta
Itajaí	Fase 3	UNIVALI	Fase 5	Direta
Tubarão	Fase 2	UNISUL	Fase 5	Inexistente
Florianópolis	Fase 5	UDESC	Fase 5	Inexistente*
Mafra	Fase 2	UnC	Fase 2	Inexistente
Joaçaba	Fase 1	UNOESC	Fase 4	Inexistente
Caçador	Fase 1	UNIARP	Fase 2	Inexistente
Chapecó	Fase 2	UNOCHAPECO	Fase 3	Inexistente

* A UDESC possui interação direta com o Governo do Estado de Santa Catarina



Pelos dados que se p \hat{o} de coletar, verifica-se apenas casos isolados de interven \tilde{c} o direta por parte da IES na a \tilde{c} o eterna do subgoverno. No caso da Prefeitura de Itaja \acute{a} (2011), foi em 1995, quando a Univali empreendeu uma aproxima \tilde{c} o entre Braga (Portugal) e Itaja \acute{a} (juntamente com a C \acute{a} mara de Vereadores e a Associa \tilde{c} o Comercial e Industrial de Itaja \acute{a}), e no caso de Blumenau, a FURB foi quem viabilizou o contato e o desenvolvimento de projeto envolvendo entidade na Su \acute{e} cia.

Dessa forma, pode-se verificar que na maioria dos casos inexistente intera \tilde{c} o direta entre o subgoverno e a IES. Em muitos casos a intera \tilde{c} o e inexistente e em alguns casos, a intera \tilde{c} o \acute{e} indireta, por exemplo em Itaja \acute{a} , que sediou uma parada da Regata Volvo, ap \acute{o} s ter tomado a iniciativa de fazer o contato com os organizadores da Regata em Alicante, com o importante apoio posterior da UNIVALI, que possu \acute{a} intensos contatos com a Universidade de Alicante. Foi poss \acute{i} vel acionar esses contatos para apoiar a candidatura da cidade, o que teve um resultado extremamente positivo, resultando na elei \tilde{c} o de Itaja \acute{a} como o ponto de parada na Am \acute{e} rica do Sul.

5. Considera \tilde{c} oes finais

Tanto as IES pertencentes \grave{a} ACAFE quanto os munic \acute{i} pios onde possuem suas sedes v \hat{e} m desenvolvendo a \tilde{c} oes de inser \tilde{c} o internacional. H \acute{a} , em algumas IES, um \acute{o} rg \tilde{a} o que centraliza essas a \tilde{c} oes, que faz a gest \tilde{a} o e desenvolvimento dos programas de interc \tilde{a} mio e coopera \tilde{c} o internacional, assim como, em alguns poucos munic \acute{i} pios, pode haver uma secretaria de articula \tilde{c} o internacional, como \acute{e} o caso de Florian \acute{o} polis. No entanto, este \acute{e} se n \tilde{a} o o \acute{u} nico, um dos poucos casos. No entanto, em nenhum deles existe um setor ou a figura de algum dirigente respons \acute{a} vel por fazer a articula \tilde{c} o entre a IES e o governo municipal no que respeita aos assuntos internacionais. Al \acute{e} m disso, em muitos munic \acute{i} pios, as a \tilde{c} oes acontecem em secretarias distintas, sem que haja uma integra \tilde{c} o entre elas, ficando os registros dessas a \tilde{c} oes dispersos ou mesmo perdidos com o tempo, pela falta de registro apropriado e/ou a sa \acute{i} da da pessoa respons \acute{a} vel pela mesma e que era a detentora da informa \tilde{c} o.

Apesar de haver algumas intera \tilde{c} oes diretas, como pode ser o exemplo da Prefeitura de Blumenau com a FURB, trata-se de a \tilde{c} oes isoladas e n \tilde{a} o h \acute{a} um esfor \tilde{c} o coordenado que maximize as oportunidades criadas pelos programas de interc \tilde{a} mio existentes na universidade e/ou pelas a \tilde{c} oes desenvolvidas pelo Munic \acute{i} pio. Em muitos munic \acute{i} pios inexistente intera \tilde{c} o com a IES e o que acontece em alguns casos \acute{e} a solicita \tilde{c} o de ajuda/colabora \tilde{c} o para determinadas visitas ou eventos, quando uma das partes j \acute{a} fez os contatos e programou as atividades – intera \tilde{c} o indireta. Ou seja, n \tilde{a} o h \acute{a} planifica \tilde{c} o conjunta da inser \tilde{c} o internacional.

Nesse contexto, uma alternativa para melhorar a intera \tilde{c} o entre ambos seria a cria \tilde{c} o de um programa que preparasse seus quadros, para que haja um maior fluxo de informa \tilde{c} oes a respeito das estrat \acute{e} gias e interesses de cada lado e que resultasse no surgimento de oportunidades de neg \acute{o} cios, parcerias culturais, ou projetos conjuntos nas mais diversas \acute{a} reas. Al \acute{e} m disso, os munic \acute{i} pios poderiam encomendar estudos de mercado \grave{a} s IES (como j \acute{a} faz a UNESCO em rela \tilde{c} o ao Governo do Estado), ou que se promovam miss \tilde{c} oes espec \acute{i} ficas aos participantes dos programas, como forma de levantar as informa \tilde{c} oes necess \acute{a} rias em cada momento.

Destarte, conclui-se como atuantes no cen \acute{a} rio internacional, tanto a grande maioria das IES quanto dos munic \acute{i} pios, em fases distintas de internacionaliza \tilde{c} o. Se os munic \acute{i} pios, mesmo atuando de forma dispersa, j \acute{a} apresentam a \tilde{c} oes significativas no cen \acute{a} rio internacional, pudera sob a forma de coopera \tilde{c} o com a(s) IES que tem instalada em seu territ \acute{o} rio.



6. Referências

- ACAFE, IES do Sistema ACADEMIA (mapa). Disponível em <http://www.acafe.org.br/new/index.php?endereco=conteudo/institucional/mapas.php>. Acesso: 11/09/2012
- BRANCO, Álvaro Chagas C.; **A paradiplomacia como forma de inserção internacional de unidades subnacionais**. V.4, n.1. Brasília, 2007.
- CATÓLICA SC - CATÓLICA DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.catholicasc.org.br/academicos/intercambio/index.php> Acesso em 12/07/12
- DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna S.. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa – teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Disponível em <http://www.furb.br/web/1950/servicos/portal-etevi/intercambio-de-estudos> Acesso em 12/07/12
- GAMBINI, Priscila Truviz. *Rede Mercocidades: a legitimidade da ação internacional de governos locais brasileiros para o fortalecimento da integração regional no Mercosul*. In **Anais do XV Congresso Nacional do CONPEDI**. Manaus, 2006. Disponível em WWW.CONPEDI.org/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_intern_pub_priscila_truviz_gambini.pdf. Acesso em 07/06/2012.
- KRAUS, Pedro e CRUZ, Cláudia “Internacionalização de Instituições de Ensino Brasileiras”, in COLOSSI, Nelson e SOUZA PINTO, Marli Dias (Orgs). **Estudos e Perspectivas em Gestão Universitária**. Blumenau: Nova Letra, 2004.
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991
- LESSA, José Vicente da Silva. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não-centrais**. Brasília: MRE, 2002.
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**, 13. ed, v. 1. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Prática Diplomática Brasileira –Manual de Procedimentos. Brasília: Divisão de Atos Internacionais, 2008. Disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/PraticaDiplomaticaBrasileira.pdf> . Acesso em 05/10/11.
- PRAZERES, Tatiana Lacerda. Por uma atuação constitucionalmente viável das unidades federadas brasileiras ante os processos de integração regional. In: VIGEVANI, Tullo et al. (org.) **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Ed. Unesp; Bauru: EDUSC, 2004.



PREFEITURA DE BLUMENAU, disponível em
<http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxpp001.aspx>. Acesso em 14/08/12.

PREFEITURA DE BRUSQUE, disponível em <http://www.brusque.sc.gov.br/web/>

PREFEITURA DE ORLEANS disponível em
<https://www.google.com.br/search?q=prefeitura+de+orleans&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>. Acesso em 10/08/12.

PREFEITURA DE RIO DO SUL disponível em
<http://www.riodosul.sc.gov.br/portal/index.php>. Acesso em 14/08/12.

PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL disponível em <http://www.jaraguadosul.com.br/>.
Acesso em 14/08/12.

PREFEITURA DE LAGES disponível em <http://www.lages.sc.gov.br/>. Acesso em 11/08/12.

PREFEITURA DE CRICIÚMA disponível em
<https://www.google.com.br/search?q=prefeitura+de+criciuma&ie=utf-8&oe=utf-8&aq=t&rls=org.mozilla:pt-BR:official&client=firefox-a>. Acesso em 10/08/12.

PREFEITURA DE JOINVILLE disponível em <http://www.joinville.sc.gov.br/>. Acesso em 14/08/12.

PREFEITURA DE ITAJAÍ disponível em <http://novo.itajai.sc.gov.br/>. Acesso em 14/08/12.

PREFEITURA DE TUBARÃO disponível em <http://www.tubarao.sc.gov.br/>. Acesso em 14/08/12.

PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/>. Acesso em 27/07/12.

PREFEITURA DE MAFRA disponível em [http://www.mafra.sc.gov.br/home/index.php? /](http://www.mafra.sc.gov.br/home/index.php?/).
Acesso em 27/07/12.

PREFEITURA DE JOAÇABA disponível em
[http://www.joacaba.sc.gov.br/home/index.php? /](http://www.joacaba.sc.gov.br/home/index.php?/). Acesso em 27/07/12.

PREFEITURA DE CHAPECÓ disponível em <http://www.chapeco.sc.gov.br/> . Acesso em 11/08/12.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ disponível em <http://www.pmsj.sc.gov.br/>. Acesso em 11/08/12.

PREFEITURA DE CAÇADOR disponível em <http://www.cacador.sc.gov.br/portalhome//>.
Acesso em 14/08/12.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **Política Externa Federativa:** análise de ações internacionais de Estados e municípios brasileiros. São Paulo, PUC-SP, 2004 (Tese de Doutorado).

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **Globalização e governos subnacionais no Brasil**, n.11. San Luiz Potosí: Revista “El colegio San Luis”, 2002.



- SARAIVA, José Flávio Sombra. **A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional. N.47, v.02, p.131-162, 2004.
- SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- UDESC - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://www.udesc.br/?id=481> Acesso em 12/07/12
- UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Disponível em <http://www.unesc.net/portal/capa/index/87/5486> Acesso em 12/07/12
- UNIBAVE - CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE. Disponível em <http://www.unibave.net/> Acesso em 12/07/12
- UnC - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. Disponível em <http://www.unc.br/> Acesso em 12/07/12
- UNIDAVI - CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAI. Disponível em http://www.unidavi.edu.br/?pagina=RELACOES_INTERNACIONAIS_intercambio Acesso em 12/07/12
- UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE. Disponível em <http://www.uniplac.net/> Acesso em 12/07/12
- UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://portal2.unisul.br/content/site/intercambios/intercambiosdegraduacao/> Acesso em 12/07/12
- UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ. Disponível em <http://univali.br/intercambio>
- UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE. Disponível em <http://community.univille.edu.br/intercambio/index/68514> Acesso em 12/07/12
- UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. Disponível em <http://intercambio.unoesc.edu.br/> Acesso em 12/07/12
- UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ. Disponível em <http://www.unochapeco.edu.br/info/assessoria-de-relacoes-nacionais-e-internacionais> Acesso em 12/07/12
- USJ - CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Disponível em <http://www.usj.edu.br/> Acesso em 12/07/12

XII

Coloquio Internacional de Gestión Universitaria



UNIARP - UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE. Disponível em <http://www.uniarp.edu.br/?p=noticias&id=383> Acesso em 12/07/12